

Nesta edição especial da revista Cadernos de Estudos Interdisciplinares são publicados os resultados das pesquisas desenvolvidas por alunos e professores do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal oferecido pela UNIFAL-MG no âmbito da UAB (Universidade Aberta do Brasil/CAPES). O empreendimento reflete o esforço acadêmico para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas à dinâmica da gestão pública, especialmente aquelas que aprofundam a produção de conhecimento da realidade dos municípios brasileiros.

As conexões existentes entre a gestão pública e os estudos interdisciplinares extrapolam o mundo acadêmico e ganham espaço para reflexões das ações e políticas públicas demonstrando um profícuo caminho para a realização de pesquisas com perspectivas mais complexas para contemplar as múltiplas demandas da sociedade. Assim, o debate ideológico, a reflexão sobre as práticas e o conhecimento do que ocorre de fato na gestão pública precisam ser estimulados e disponibilizados para a sociedade.

Reforça-se assim, a importância da pesquisa na gestão pública, a qual tem se intensificado nos últimos anos em decorrência das transformações técnicas, sociopolíticas e do reconhecimento profissional e acadêmico de uma área que há ainda muito a ser pesquisada e discutida no país.

São ações como esta que auxiliam na promoção desses debates e na construção do conhecimento sobre gestão pública, políticas públicas e as ações que ocorrem a nível local. Nesse sentido, os municípios comportam um rico ‘laboratório’ para analisar suas dimensões organizacionais, políticas e sociais. Além disso, possibilita vislumbrar uma realidade relativamente pouco estudada, principalmente quando se pensa na gestão dos municípios de pequeno e médio porte, que são a imensa maioria no país e ainda se deparam com situações críticas tanto nas práticas de gestão como no cenário político.

Além desta representatividade, desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, as atribuições dos municípios vêm se intensificando a cada ano, sejam pelo aumento de políticas sociais e também pelas próprias exigências de transparência, de accountability, ou de resposta às demandas da sociedade. Nesse sentido, a agenda de pesquisa está um pouco defasada em relação às possibilidades existentes para uma gestão pública mais dinâmica que incorpore em suas ações mecanismos que as tornem mais compreensíveis à toda sociedade e aproxime, mais do que distancie, a sociedade da vida política nos municípios.

Se as políticas públicas até a década de 70 enfatizavam uma perspectiva ‘top down’, as quais consideravam a execução de políticas públicas como um desencadeamento daquilo que havia sido programado nas instâncias superiores, hoje é possível observar que este tipo de concepção pode levar a políticas públicas deslocadas do contexto político local, como também produzir uma dimensão distorcida ou simplificadora da realidade e negar o reconhecimento de um extenso contingente de agentes públicos e sociais atuando neste processo.

Essas contradições nos revelam haver algo mais que não conhecemos ou dominamos totalmente. Num sistema político não podemos subestimar a capacidade de discricionariedade dos agentes públicos, onde mais do que simples executores, se tornam, muitas vezes, protagonistas das políticas públicas. Esse protagonismo pode se apresentar tanto no sentido positivo no qual estimula e aprimora os mecanismos de transparência, potencializam resultados, etc. como também desvirtuando em função do jogo político no qual os municípios estão submersos.

Buscando enfatizar estas tensões políticas, o primeiro texto de Flávio Eduardo Mazzeto traz uma discussão apropriada e questionadora sobre as políticas públicas de parcerias público-privadas, cuja matriz se espelhou na perspectiva neoliberal. Uma vez entranhada no discurso de diminuição do estado em favor de um mercado, o texto procura decifrar a lógica do discurso neoliberal e reforçar a distinção e a luta entre classes. Dessa forma, rompe com a simples análise procedimental e de eficiência, reavivando a discussão sobre a apropriação dos meios de produção, seja de bens ou serviços, antes a cargo do estado, cujas mudanças se valeram de uma suposta incapacidade do estado em geri-los com eficiência.

O segundo texto de Elias Eduardo Ferreira e Ana Carolina Guerra traz uma contribuição por meio da leitura e da percepção dos gestores do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). Além de um resgate do histórico das políticas sociais, texto procura levantar, por meio de grupo focal, um tema que muitas vezes é negligenciado pelas pesquisas que é a gestão das políticas de assistência social e como ela é condicionada pelas condições oferecidas para a sua execução.

O terceiro texto de Elisângela Nascimento Vilela e Luiz Antonio Staub Mafra “Estratégias em saúde da família: contratação temporária e precarização nas relações de trabalho” procura demonstrar como a contratação temporária pode comprometer o alcance dos objetivos do Programa Saúde da Família, já que o sucesso do programa depende em grande parte dos vínculos que são estabelecidos entre as famílias e as equipes de trabalho e conclui que a contratação temporária interfere tanto na coesão interna das equipes como também em sua relação com a comunidade.

O quarto texto de Adriano Nascimento e Weslly Carlos Ribeiro “O imposto sobre a propriedade de veículos automotores sob o enfoque do princípio da progressividade tributária” analisa a viabilidade da aplicação do princípio da progressividade tributária nas alíquotas do IPVA, em alusão ao tratamento dado pelo legislador constituinte ao IPTU, principal imposto municipal. Conclui-se que, embora tenham tratamento legislativo diferente, de fato ambos os tributos dispõem de condições suficientes para que sejam reconhecidos como progressivos em razão do valor venal do bem tributado.

O quinto texto de Regina Rocha Rodrigues e Adílio Renê de Miranda “Os entraves ao gerencialismo na gestão pública de determinado município do interior do estado de São Paulo” analisa que, mesmo os aspectos básicos de racionalidade não se concretizam na administração de um município. Observam também que o gerencialismo, diferentemente do discurso fundado na racionalização dos processos administrativos na administração pública, tem dificuldades para sua plena execução, o que confere à gestão pública seu caráter político, os quais vão além da implantação de mecanismos gerenciais.

*Luiz Antonio Staub Mafra*¹

*Weslly Carlos Ribeiro*²

¹ Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (UNIFAL-MG/Campus Varginha) e coordenador do curso de Gestão Pública Municipal.

² Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (UNIFAL-MG/Campus Varginha) e do curso de Gestão Pública Municipal.